



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO N.º 29, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 4º e 5º, do Regimento do Conselho Superior, mediante as razões contidas no **Processo nº 23327.001832/2015 – 51** , **RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar o Plano Anual de Ações de Auditoria Interno 2016 – PAINT.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Geovane Barbosa do Nascimento
Presidente

Aureluci Alves de Aquino
Conselheira Titular

Eduardo dos Passos Belmonte
Conselheiro Titular

Sayonara Cotrim Sabioni
Conselheira Titular

Aécio José Araújo Passos Duarte
Conselheiro Titular

Eberson Luís Mota Teixeira
Conselheiro Titular

Soraya Luiza Correia dos Santos
Conselheira Titular

Ariomar Rodrigues dos Santos
Conselheiro Titular

Jeferson Conceição Santos
Conselheiro Titular

Roberto Ferreira Rodrigues
Conselheiro Titular

Clóvis Costa dos Santos
Conselheiro Titular

Giliarde Alves dos Reis
Conselheiro Titular

Weliton Cley Bispo do Rosário
Conselheiro Suplente

Cristiane Leal da Silva
Conselheira Titular

Lizziane da Silva Argolo
Conselheira Titular

Odair Campos Santos Junior
Conselheiro Titular

Carlito José de Barros Filho
Conselheiro Titular

Leurismar Marques Ferreira
Conselheiro Titular

Maria Neusa de Lima Ferreira
Conselheira Titular

Dustin Justiniano de Santana Fonseca
Conselheiro Titular

Marcelito Trindade Almeida
Conselheiro Titular



**MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SECRETARIA DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
AUDITORIA INTERNA**

PAINT 2016

INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, documento previsto na IN CGU nº 07/2006 e na IN nº 01/2007 da Secretaria Federal de Controle Interno, é um instrumento de planejamento das atividades de auditoria interna das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna do Instituto Federal Baiano, objetivando agregar valor à gestão e atender à legislação vigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, apresenta o seu PAINT/2016. O referido Plano aborda as ações de auditoria a serem realizadas na entidade no ano de 2016, tendo como prioridades a avaliação dos controles internos, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas a serem executadas pela Entidade.

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	4
II – OBJETIVOS	4
III – A INSTITUIÇÃO	5
Apresentação	5
Objetivos	7
Cursos oferecidos	7
IV– AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA	10
IV.I – Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	11
IV.II – Acompanhamento da Gestão Financeira	12
IV.III – Gestão de Recursos Humanos	13
IV.IV – Avaliação da Gestão Acadêmica	14
IV.V – Monitoramento da Implementação das Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	15
IV.VI – Avaliação dos Controles Internos	16
IV.VII – Avaliação de Gestão da Tecnologia da Informação	17
IV.VIII – Aderência aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental	18
V – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	18
VI – AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO	20
VI.I – Assessoramento Técnico	20
VII - OUTRAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA	20
VII.I – Elaboração do RAINT	20
VII.II - Elaboração do PAINT	20
VIII – MATRIZ DE RISCO	20
VIII.I – Determinação do Risco, conforme a representatividade do valor orçamentário no programa, ação e no grupo de despesa.	21
VIII.II – Matriz de Risco, conforme grau de relevância, materialidade, criticidade e trabalhos realizados nos anos de 2013, 2014 e 2015.	21

I – APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, órgão de controle e assessoramento, subordinado administrativamente ao Conselho Superior, tem como titular Guilherme Príncipe de Oliveira Galheigo, ocupante do cargo de Auditor, nomeado pela Portaria nº150, de 23/12/2009, publicada na Seção 2, P.19, do D.O.U. De 24/12/2009. A AUDIN funciona no seguinte endereço: Rua do Rouxinol, nº 115 – Bairro: Imbuí – Salvador/BA, CEP:41.720-052, e-mail: audin@ifbaiano.edu.br.

A AUDIN do IF Baiano conta com mais um integrante, ocupante do cargo de Contador.

II – OBJETIVOS

A Auditoria Interna do IF Baiano é um órgão de assessoramento técnico ao Conselho Superior do IF Baiano, tendo como missão fortalecer a gestão e avaliar os controles internos deste Instituto, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, além de contribuir para eliminar eventual utilização indevida ou antieconômica de recursos públicos.

Os trabalhos de Auditoria em 2016 deverão ser desenvolvidos na sede da Reitoria e nos *Campi* que integram o Instituto. As atividades terão pontos de similaridade com as exercidas pelos Órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, podendo desenvolver atividades específicas, como auditorias compartilhadas e ações de especiais de controle por solicitação do Conselho Superior ou Reitor.

As atividades da Auditoria Interna consistem em:

- Assessorar os dirigentes no acompanhamento dos programas de governo, visando comprovar a execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- Verificar a execução do orçamento, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- Verificar a legalidade dos atos de gestão e examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e operacional;
- Orientar os dirigentes quanto ao cumprimento às normas legais;
- Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais;

- Acompanhar o desenvolvimento e a efetiva aplicação dos resultados dos processos de sindicância e disciplinares;
- Acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria Geral da União expressas no Plano de Providências, bem como o acompanhamento das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União;
- Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;
- Realizar exames de conformidade, analisando a eficácia, eficiência, efetividade e economicidade da gestão em relação a padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis; e
- Realizar auditorias conforme critérios de materialidade, relevância e criticidade.

III – A INSTITUIÇÃO

Apresentação

O Instituto Federal Baiano está vinculado ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e fora instituído pela Lei 11.892/2008 com sede/Reitoria em Salvador. Esse Instituto engloba as cinco antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, hoje denominadas: campus de Catu, de Guanambi, de Santa Inês, Senhor do Bonfim e Bom Jesus da Lapa e os *Campi* Uruçuca, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Valença e Governador Mangabeira, já em funcionamento.

Está previsto para o ano de 2016 o funcionamento dos *Campi* Serrinha e Alagoinhas, e para o ano de 2017 os *Campi* Xique-Xique e Itaberaba.

A proposta orçamentária do IF Baiano para o ano de 2016 contempla os valores abaixo, por programa e ação de governo:

PROGRAMA	AÇÃO	VALOR
0910 - Operações especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0910.00OL – Contribuições e Anuidades Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	37.048,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2109.00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	69.480,00

2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	09HB.0029 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	20.800.000,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2004.0029 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.893.620,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2010.0029 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	264.000,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2011.0029 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.280.000,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	2012.0029 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	6.000.000,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	20TP.0029 – Pessoal Ativo da União	108.497.735,00
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	4572.0029 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.000.000,00
2080 - Educação de qualidade para todos	20RG.0029 – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica	3.658.537,00
2080 - Educação de qualidade para todos	20RL.0029 – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	46.078.073,00
2080 - Educação de qualidade para todos	2994.0029 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	10.094.631,00
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181.0029 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	6.488.027,00

Fonte: Simec

Objetivos

Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita; em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania; contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Cursos oferecidos

O IF Baiano oferta cursos de educação técnica de nível médio e de nível superior, distribuídos pelos seus 10 (dez) *Campi*, com cursos de educação tecnológica de graduação na área agropecuária, cursos de educação continuada de trabalhadores na área de informática e outros, conforme relação de cursos abaixo:

CAMPUS	MODALIDADE	FORMA / OFERTA	CURSO
Bom Jesus da Lapa	Presencial	Subsequente	Técnico em Informática
		Integrado	Técnico em Agricultura
			Técnico em Agroecologia
Catu	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
			Técnico em Química
		Subsequente	Técnico em Agrimensura
		Proeja / Integrado	Técnico em Agropecuária
		Licenciatura	Técnico em Cozinha
		Tecnologia	Química
	A Distância	Subsequente	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Governador Mangabeira	Presencial	Integrado	Secretaria Escolar
		Subsequente	Técnico em Informática
			Técnico em Agroindústria
	Tecnologia	Técnico em Alimentos	
A Distância	Subsequente	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
Guanambi	Presencial	Integrado	Técnico em Secretaria Escolar
			Técnico em Agroindústria
		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Agricultura
		Proeja / Integrado	Técnico em Zootecnia
		Licenciatura	Técnico em Informática
		Bacharelado	Química
	Tecnologia	Engenharia Agrônômica	
A Distância	Subsequente	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
Itapetinga	Presencial	Integrado	Agroindústria
			Técnico em Secretaria Escolar
		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Meio Ambiente
	A Distância	Subsequente	Técnico em Informática
			Técnico em Alimentos
Santa Inês	Presencial	Integrado	Técnico em Administração
			Técnico em Secretaria Escolar
		Subsequente	Técnico em Serviços Públicos
		Licenciatura	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Alimentos
		Técnico em Zootecnia	
		Subsequente	Técnico em Informática
		Licenciatura	Biologia
			Geografia

		Bacharelado	Zootecnia
	A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar
Senhor do Bonfim	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
		Subsequente	Técnico em Zootecnia
			Técnico em Agrimensura
	Licenciatura	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	
		Ciências Agrárias	
A Distância	Subsequente	Ciências da Computação	
	A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar
Serrinha	Presencial	Integrado	Agroecologia
		Subsequente	Agropecuária
		Tecnologia	Gestão de Cooperativas
		Licenciatura	Biologia
		Proeja	Agroindústria
	A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar
Teixeira de Freitas	Presencial	Integrado	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Floresta
			Técnico em Administração
		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Administração
			Técnico em Floresta
			Técnico em Hospedagem
A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar	
Uruçuca	Presencial	Integrado	Técnico em Guia de Turismo
		Subsequente	Técnico em Informática
			Técnico em Agrimensura
			Técnico em Agropecuária
	Tecnologia	Técnico em Alimentos	
		Agroecologia	
			Gestão de Turismo
A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar	
Valença	Presencial	Integrado	Técnico em Agroecologia
		Subsequente	Técnico em Agropecuária
			Técnico em Agropecuária
			Técnico em Meio Ambiente
A Distância	Subsequente	Técnico em Secretaria Escolar	

IV – AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

A carga horária de trabalho disponível no ano para a realização das ações de auditoria foi calculada da seguinte forma:

Somatório dos dias úteis no ano	254
Dedução das férias	(30)
Dias efetivos de trabalho	224
Carga horária de 8 horas diárias de trabalho (2 servidores)	16
Carga horária disponível	3.584
Número de ações de auditoria	8
Carga horária disponível por ação	448

Metodologia de Trabalho

A carga horária disponível para realização de cada ação será distribuída em auditorias *in loco*, ou seja, em cada *Campus* e na Reitoria, conforme distribuição da carga horária disponível por ação e critérios de risco, materialidade, relevância e criticidade. De acordo com a área a ser examinada, serão utilizadas as seguintes técnicas: avaliação física, conciliações, exame de registros, análise documental, conferência de cálculos, entrevistas e corte de operações.

O processo de auditoria se inicia com ofício de apresentação de início dos trabalhos de auditoria e emissão de pedido de informações, em atenção a cada ação de auditoria prevista no PAINT, que pode prever avaliações *in loco*. Disponibilizadas as documentações e informações, a equipe de auditoria ou auditor (a) designado passa a realizar análises, verificações e exames.

No decorrer dos exames a equipe de auditoria poderá solicitar novas informações com a finalidade de subsidiar a avaliação de um determinado assunto. Após o processo de análises, exames e avaliações, será emitido Relatório Preliminar de Auditoria, onde constarão os resultados dessas análises, considerando sempre um critério definido em Lei ou na economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e atividades governamentais.

Após a emissão do Relatório Preliminar de Auditoria, será concedido prazo para manifestação do Gestor ou responsável pela Unidade avaliada. Com base nas manifestações apresentadas pelo Gestor diante dos pontos apresentados no Relatório Preliminar, será elaborado Relatório Final de Auditoria, onde serão emitidas recomendações atendidas e/ou não atendidas, sendo estas últimas registradas como pendentes de implementação.

As recomendações pendentes de atendimento serão objeto de registro no documento Plano de Providências, no qual será estabelecido novo prazo para atendimento. A realização de Reunião de Busca Conjunta de Soluções deverá ser utilizada como instrumento de identificação de soluções. Nas questões para as quais não sejam obtidas soluções de consenso, será mantida, no Plano de Providências, a recomendação com a posição da Auditoria Interna.

Serão consideradas como atendidas as questões em que sejam obtidas soluções de consenso, desde que comprovadas as ações de implementação das medidas recomendadas.

IV. I – Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

Ação I.I.I – Auditar processos licitatórios

Escopo:

Verificação documental, circularização/confirmação externa pelo SIASG e SIAFI, observando a conformidade com a Lei nº 8.666/93 e com outras normatizações. Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância e grau de risco. Será verificado, nos processos, se as justificativas estão de acordo com a legislação em vigor, no que se refere a pregões, dispensas, inexigibilidades, e licitações realizadas pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Serão selecionados 30% dos processos de dispensa de licitação, 50% dos RDC, 50% das inexigibilidades e 20% dos pregões.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar a conformidade dos processos licitatórios com as normas legais vigentes, a pertinência da realização de inexigibilidades e dispensas de licitação e acompanhar a realização de obras de expansão e reformas dos *Campi*.

Local:

Campi/Auditoria Interna/Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/120 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Avaliação sumária do risco:

Não atendimento aos limites de valor por modalidade de licitação, contratações diretas por dispensa de licitação sem pesquisa de mercado, aderir à ata de registro de preços sem consultar os preços praticados pelo mercado. Processos de contratação de serviços de engenharia geralmente possuem maior complexidade e materialidade, como tomadas de preço e concorrências.

IV. II – Acompanhamento da Gestão Financeira

Ação I.II.I – Auditar processos de suprimento de fundos

Escopo:

Análise documental e virtual pelo SIASG e SIAFI. Verificar prazos de aplicação e prestação de contas, verificação da existência de documentos comprobatórios da despesa devidamente atestados e se são originais, da consistência das informações no Relatório de Gestão, da conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamento com as disposições dos Decretos n^{os} 5.355/2005 e 6.370/2008, da adequabilidade da estrutura de controles internos administrativos para garantir o regular uso dos cartões de pagamento. A amplitude da análise será de 50% dos processos abertos de suprimento de fundos.

Origem da demanda:

Auditoria Interna/ Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Objetivos:

Verificar a conformidade dos processos de suprimento de fundos com as normas regulamentadoras pertinentes, tendo em vista a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, a realização de saques, prestação de contas e a excepcionalidade de sua utilização.

Local:

Auditoria Interna/Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/60 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Avaliação sumária do risco:

Área não relacionada com a atividade-fim da Instituição. A realização de despesas por suprimento de fundos ocorre para atender despesas eventuais de pequeno vulto, portanto, não tem relevância considerável em relação ao total da despesa orçamentária – Outras Despesas Correntes. No

entanto, existem riscos quando da sua utilização, no que se refere a fracionamento de despesa, utilização da transação de saque, documentação comprobatória etc.

IV.III – Gestão de Recursos Humanos

Ação I.III.I – Auditar processos de recrutamento, seleção e admissão
--

Escopo:

Análise documental, exames de registros e rastreamento. Serão examinados processos de admissão, desligamento, concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade – emissão de laudos no ato dessas concessões, verificar o cumprimento das penalidades dos processos disciplinares na amplitude de 50% dos processos ocorridos no ano. As admissões terão seus processos analisados numa amplitude de 20%.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar a legalidade de admissões, aposentadorias, dos valores pagos como vencimento básico, gratificações, adicionais, indenizações, férias e margem de consignação/desconto em folha.

Local:

Auditoria Interna/Diretoria de Gestão de Pessoas

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/220 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Documentação incompleta nos processos de admissão, impropriedades nas concessões de aposentadoria, falhas no controle da assiduidade, servidores acumulando cargos, substituições remuneradas de cargos em comissão pagas indevidamente, concessão de indenizações em inobservância às condições descritas na Lei nº 8.112/90. O risco envolvido é alto devido ao atendimento à extensa legislação que envolve a área de recursos humanos. A materialidade

envolvida com pessoal e encargos é representada por 51,98% dos recursos do orçamento previsto para o IF Baiano em 2015.

IV.IV – Avaliação da Gestão Acadêmica

Escopo:

Verificar o atingimento das metas do Termo de Acordo de Metas (TAM) firmado entre o IF Baiano e a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a relação com a distribuição da carga horária do docente entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Verificação da adequação da força de trabalho docente frente a matriz curricular. Verificação se as contratações de professores substitutos atendem aos critérios da Lei nº 8.745/93. Verificação da existência de procedimentos padronizados de acompanhamento e avaliação das atividades dos professores. Verificação da existência de avaliação ou estudo para implantação de novos cursos. Verificação se os sistemas informacionais estão sendo devidamente utilizados para inserção de dados e atualizados. Verificação da existência de ações para redução da evasão de estudantes. Verificação da existência de projeto pedagógico e plano de curso ou Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Verificação se a carga horária mínima em horas estabelecida no catálogo nacional de cursos de educação profissional e tecnológica está sendo atendida. Verificar a existência de infraestrutura com condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Verificar a regularidade do atendimento à carga horária de aulas. Verificar se o conteúdo está sendo dado conforme ementa dos cursos e Projeto Pedagógico de Curso – PPC. Verificar a situação dos egressos, identificando o grau de inserção no mercado de trabalho e avaliar sua opinião em relação à instituição e o curso realizado. Verificar a regularidade da execução da Política de Assistência Estudantil.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificar o atendimento das metas de ensino, pesquisa e extensão e o atendimento das metas estabelecidas no Termo de Acordo de Metas. Avaliar a gestão educacional no aspecto de aproveitamento da força de trabalho, existência de planejamento para implantação de novos cursos e utilização eficaz de ferramentas de gestão. Verificar o atendimento à legislação atual referente a educação profissional e tecnológica. Avaliar o resultado ou produto da atividade educacional.

Local:

Auditoria Interna/*Campi*

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/160 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Não atendimento à distribuição de carga horária de trabalho conforme estabelecido em norma interna. Ausência de ações para o atingimento da meta estabelecida no Termo de Acordo de Metas. Contratações de professores substitutos em desconformidade com a Lei nº 8.745/93. Implantação de cursos com ausência de estudos preliminares que os justifiquem. Ausência de ações para redução da evasão escolar. Projeto Pedagógico de Curso não elaborado ou não executado. Egressos fora do mercado de trabalho. Ensino profissional distante da realidade do mercado.

IV.V – Monitoramento da Implementação das Recomendações da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna

Escopo:

Realização de monitoramento da implementação das recomendações da Controladoria Geral da União e da Auditoria Interna. Acompanhar a implementação das determinações do Tribunal de Contas da União.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Monitorar e acompanhar a efetiva implementação das recomendações da Controladoria Geral da União, da Auditoria Interna e determinações do Tribunal de Contas da União.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/60 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Ausência de implantação das recomendações exaradas pelos órgãos de controle interno e externo.
Dificuldades operacionais e deficiências na implementação das recomendações e determinações.

IV.VI – Avaliação dos Controles Internos

Ação I.VI.I – Avaliação da estrutura de controles internos

Escopo: Avaliação dos controles internos administrativos, quanto à elaboração de normas e instruções internas que deverão conter os procedimentos de cada área da Instituição, de forma a subsidiar as tomadas de decisão, verificar se os controles internos estão estruturados com vistas a garantir que os objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos. Será verificado se há clara delimitação de responsabilidades, segregação de funções, seleção de pessoal para ocupar cargos de controle, se há rodízio de pessoal, se as tarefas estão delineadas em manuais operacionais e se há utilização de processamento eletrônico para registro de operações. Esta ação permitirá avaliação quanto a existência de controles adequados no atendimento às exigências legais e nos processos quanto aos critérios de economicidade, eficiência e eficácia.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Garantir que os objetivos estratégicos institucionais para o exercício seguinte sejam atingidos.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Não atingimento dos objetivos institucionais devido a fragilidades nos controles internos da Instituição. Falta de supervisão e atenção por parte da gerência e falha em desenvolver uma cultura de controle dentro da entidade. Falta de avaliação de riscos. Insuficiência de estruturas e atividades de controle.

IV.VII – Avaliação da Gestão da Tecnologia da Informação

Escopo:

Avaliar a adequação da estrutura de TI das Unidades auditadas conforme os padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor de TI do IF Baiano. Monitorar as recomendações que constam do Plano de Providências.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificação da existência de alinhamento da gestão de TI com os objetivos Institucionais.

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Falta de planejamento estratégico de TI, de adequação dos recursos humanos aos objetivos, ausência de procedimentos de salvaguarda da informação e de aderência à normativa da ISLTI quanto à aquisição de bens de TI.

IV.VIII – Aderência aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Escopo:

Avaliação objetiva acerca da aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados, em observância, respectivamente, à Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Decreto nº 5.940/2006.

Origem da demanda:

Auditoria Interna

Objetivos:

Verificação da aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental

Local:

Reitoria e *Campi*.

Recursos Humanos

Homem/Hora: 2/200 por ano.

Cronograma: Janeiro a Dezembro

Análise sumária do risco:

Ausência de aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental, incorrendo em danos ambientais ou externalidades negativas.

V – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

As ações definidas para capacitação dos auditores foram definidas com a intenção de proporcionar conhecimento técnico na realização das ações de auditoria, listadas no item IV deste

PAINT. A realização de treinamentos ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e aprovação do Dirigente Máximo da Instituição.

A presença de pelo menos 1 (um) auditor interno na Instituição será preservada durante os cursos de capacitação, sendo que a AUDIN contará com 3 servidores e a participação nos cursos deverá ser no máximo 2 servidores. Será priorizada capacitação nas áreas de recursos humanos, licitações e contratos e execução orçamentária e financeira, nesta ordem, conforme a oferta de cursos.

Ação	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local de realização	Nº horas dos Recursos Humanos
Participação no FONAI/MEC	MEC/ AUDIN	Capacitação e troca de experiências entre os auditores internos do MEC	Maio a novembro, semestralmente	A definir	2 servidores por encontro /treinamento – 160 horas
Curso de execução orçamentária e financeira e contábil	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de licitação em obras e serviços de engenharia	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de Gestão de Recursos Humanos	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Curso de Gestão e fiscalização de contratos e convênios	AUDIN	Capacitação da equipe	Janeiro a Dezembro, conforme a oferta	A definir	2 servidores – conforme carga horária do curso
Fortalecimento da unidade de auditoria interna	AUDIN	Reavaliação da regulamentação interna da AUDIN	Janeiro a Março	AUDIN	1 servidor – 30 horas

VI – AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO

Ação VI.I: Assessoramento Técnico

Objetivos:

Consecução dos objetivos institucionais e dos Programas de Governo, na medida em que a auditoria interna pode e deve fazer recomendações, auxiliando o Reitor da Instituição nas tomadas de decisões.

Período de Execução:

Janeiro a Dezembro

VII – OUTRAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

Ação VII.I: Elaboração do RAINT

Objetivos:

Elaborar Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT, referentes às atividades da Auditoria do exercício de 2015.

Período de Execução:

Nos meses de outubro de 2015 a janeiro de 2016.

Ação VII.II: Elaboração do PAINT

Objetivos:

Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que será executado no exercício de 2016.

Período de Execução:

Nos meses de setembro a outubro de 2015.

VIII – MATRIZ DE RISCO

VIII.I – Determinação do risco conforme a representatividade do valor orçamentário no programa, ação e no grupo de despesa.

Grau de risco	Referência
Muito grande	5
Grande	4
Médio	3
Pequeno	2
Muito pequeno	1

VIII.II – Matriz de risco, conforme grau de relevância, materialidade, criticidade e avaliações realizadas nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Modalidade de licitação	Referência	Contratos administrativos	Referência	Recursos Humanos	Referência	Gestão Acadêmica	Referência
Dispensa	2	Serviços de engenharia	4	Pagamento de vantagens	4	Falta de planejamento e de controle de informações sobre a atuação dos docentes.	4
Inexigibilidade	2	Serviços continuados	4	Processos de admissão	3	SISTEC não atualizado de forma sistemática	4
Pregão	2, 3 ou 4	Fornecimento de materiais	2	Aposentadoria e pensão	3	Aproveitamento da carga horária docente para o exercício das atividades acadêmicas do Instituto	4
Regime diferenciado de contratação (RDC)	4						

A avaliação de risco adotada levou em consideração o risco inerente, o risco da atividade, o quantitativo de recursos envolvidos e o histórico de eventos ocorridos. Importante sustentar o entendimento de que o Gestor deve estabelecer processos de gerenciamento de riscos e implantar as respostas aos riscos, cabendo à Auditoria Interna avaliar os processos de gerenciamento de riscos e facilitar a identificação e avaliação dos mesmos.

Salvador, 15 de outubro de 2015.

Guilherme Príncipe de Oliveira Galheigo
Coordenador da AUDIN

De acordo.

Aprovo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2016, conforme disposto na IN nº001/2007.

Geovane Barbosa do Nascimento
Presidente do Conselho Superior